



**A POSSE DE TERRAS E A REPRESSÃO DURANTE A DITADURA MILITAR NO
BRASIL****LAND POSSESSION AND REPRESSION DURING THE MILITARY
DICTATORSHIP IN BRAZIL**ANDRADES, Guilherme de¹**RESUMO**

O presente trabalho de conclusão de pós-graduação tem por propósito pesquisar e examinar duas obras: “Mata!” de Leonencio Nossa e “Memórias de Uma Guerra Suja”, de Cláudio Guerra: dois clássicos jornalísticos, associando-os ao contexto histórico da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e da Guerra Fria (1945-1991). Serão destrinchados aspectos da conjuntura relacionada à questão de posse territorial e repressão, com a intencionalidade de apontar a participação da extrema direita brasileira na tortura e sua mentalidade no uso de terras com vista ao lucro. O artigo é enquadrado no campo interdisciplinar da História e da Geografia Política. Por fim, será abordada brevemente a resistência, através das letras de Chico Buarque e Caetano Veloso. O método selecionado foi a investigação em referências bibliográficas pertinentes à temática. A conclusão é a latente violência arbitrária do poder militarizado no controle do Estado naquele momento, em ampla comunhão aos interesses das elites em detrimento das necessidades básicas do povo.

Palavras-chave: Brasil Contemporâneo. Repressão. Posse. Terras. Ditadura Militar.

ABSTRACT

The purpose of this post graduate conclusion work is to research and examine two works: “Mata!” by Leonencio Nossa and “Memórias de Uma Guerra Suja”, by Cláudio Guerra: two journalistic classics, associating them with the historical context of the Military Dictatorship in Brazil (1964-1985) and the Cold War (1945-1991). Aspects of the situation related to the issue of territorial possession and repression will be unraveled, with the intention of pointing out the participation of the Brazilian extreme right in torture and their mentality in using land for profit. The article is framed in the interdisciplinary field of History and Political Geography. Finally, resistance will be briefly addressed, through the lyrics of Chico Buarque and Caetano Veloso. The selected method was the investigation of bibliographic references relevant to the topic. The conclusion is the latent arbitrary violence of the militarized power in control of the State at that time, in broad communion with the interests of the elites to the detriment of the basic needs of the people.

Keywords: Contemporary Brazil. Repression. Possession. Lands. Military Dictatorship.

¹ Graduado em História pelas Faculdades Integradas Regionais de Avaré e Pós-Graduação pelas Faculdade Mantense dos Vales Gerais e Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo. Email: guihistoria01@gmail.com

INTRODUÇÃO

No Brasil Contemporâneo, foi evidenciado o episódio dos Yanomamis, amplamente divulgado pelas mídias, uma tragédia abalou a comunidade, exponencialmente, após as impulsionadas invasões de garimpeiros, que acarretaram mortes por pneumonia ou desnutrição, além da devastação ambiental. Por outro ângulo, a questão do Marco Temporal, que seria um genocídio anunciado, foi evitado.

A extrema direita brasileira comporta-se de forma a obter a lucratividade a todo custo, através das elites. O fenômeno de domínio de terras foi alvo de embates constantes, guiados nas visões ambivalentes dos nativos descendentes dos povos originários, (que pregam o desenvolvimento sustentável e preservação do meio) e o setor latifundiário, que partilha a ampliação do agro, ao preço da agressão ao solo e à vegetação. Na História do Brasil sempre prevaleceu o viés elitizado e seus respectivos negócios liberais.

O presente artigo tem como recorte temporal a Ditadura Militar no Brasil, examinando a obra “Mata!” de Leonencio Nossa, (com o tema da tortura e terras) e o trabalho “Memórias de uma Guerra Suja” que retrata a intensa repressão instaurada pelo regime de 1964, perpassando o contexto de bipolaridade da Guerra Fria e por fim, apresenta a resistência, através da figura dos cantores Chico Buarque e Caetano Veloso.

A tese alvo de defesa é acusar a ação da extrema direita durante o Estado de Exceção, tendo como ponto de partida, a tortura e a posse de terras, em outros termos, a luta de classes. O trabalho se insere numa perspectiva interdisciplinar da Geografia Política com a História. O método utilizado foi a pesquisa em materiais bibliográficos pertinentes ao conteúdo.

A temática a ser investigada é válida e relevante pois ainda é um debate atual no cenário sociopolítico brasileiro: a luta se intensificou nos últimos anos, sendo alvo de discursos contraditórios e egoístas, elencados pelo ódio, logo, deve-se propor esclarecimentos e difundir para o público, com a incumbência de melhor compreensão

pela sociedade civil, através de explicações históricas, numa postura de ligar o presente como resultado do passado e sua respectiva desmistificação.

DITADURA MILITAR NO BRASIL: IDENTIDADE NACIONAL E GOLPE

Na Geografia brasileira a partir de Milton Santos (1926-2001), a categoria lugar foi analisada a partir de uma possibilidade de interação, entre o ser humano e o plano, logo o espaço é indissociável da compreensão das sociedades, sobretudo nos processos de produção e reprodução dos espaços, absorvidos pelas pessoas em velocidades diversas no modo de vida (SANTOS, 1997).

Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, “únicos”. Isso se deve à especialização desenfreada dos elementos do espaço - homens, firmas, instituições, meio ambiente -, à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, à multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multi complexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por um nexo único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal (SANTOS, 1997, p. 34).

Paisagens expressam momentos históricos, o lugar é o espaço de confluência das relações socioeconômicas e políticas.

Outra categoria no estudo da Geografia é a de território, a importante filósofa, Marilena Chauí, a relaciona com a temática do mito fundador, imperioso na construção da identidade nacional brasileira:

Vivemos na presença difusa de uma narrativa da origem. Essa narrativa, embora elaborada no período da conquista, não cessa de se repetir porque opera como nosso mito fundador. Mito no sentido antropológico: solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos na realidade. Mito na acepção psicanalítica: impulso à repetição por impossibilidade de simbolização e, sobretudo, como bloqueio à passagem à realidade. Mito fundador porque, à maneira de toda fundatio, impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa, que não permite o trabalho da diferença temporal e que se conserva como perenemente presente. Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para se exprimir, novas linguagens, novos valores e ideais, de tal modo que quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo (CHAUÍ, 2000, p. 23-36).

A identidade nacional relaciona-se com a origem da nação, que se converte em fábula, refletindo o que é ser um brasileiro. Nas narrativas tradicionais, efetua-se a

exaltação da natureza, ocasionando um imaginário sobre a América e o Brasil, pelos colonizadores do século XVI, compatível com o misticismo. Com o advento da República em 1889, o hino nacional, bem como práticas de civismo e nacionalismo foram fundamentos para o ufanismo exacerbado ditatorial no século XX, posto isto, a população transfigurou-se em espectadora da exuberância. Tal práxis ideológica levou a fervorosos lemas, como: "Brasil: Ame-o ou deixe-o" ou ainda "Quem não vive para servir ao Brasil, não serve para viver no Brasil". A propaganda estatal era notória e persuasiva, para modelar um comportamento e mentalidade. Eric Hobsbawm, historiador marxista, que foi membro ativo do Partido Comunista Britânico, explicou a criação de tais tradições:

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas [...], de natureza ritual ou simbólica, [que] visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM, RANGER, 1997, p.9).

Doravante o enaltecimento excedido e exacerbado do país via identidade nacional promovido pelo setor militar, sua difusão e consolidação doutrinal, num ato manipulatório, questão já definida anteriormente, é necessário estabelecer a égide material ao golpe de 1964: explica-se pelo momento histórico internacional: a Guerra Fria.

Na perspectiva de Hobsbawm, (1995, p. 247) a Guerra Fria pode ser descrita como uma competição nos campos militar, ideológico e tecnológico entre os Estados Unidos, (defensores do polo capitalista, com princípios individualistas e de não intervenção estatal na economia) e a União Soviética, que abrangia o modelo socialista, justificado no coletivismo e na igualdade como ideal. Teria como ponto inicial, o declínio da II Guerra Mundial em 1945 e fim em 1991, com a extinção da URSS.

Na medida em que a retórica da Guerra Fria via capitalismo e socialismo, o "mundo livre" e o "totalitarismo", como dois lados de um abismo intransponível, e rejeitava qualquer tentativa de estabelecer uma ponte, podia-se até dizer que, à parte a possibilidade de suicídio mútuo da guerra nuclear, ela assegurava a sobrevivência do adversário mais fraco (HOBSBAWM, 1995, p. 247).

Postura comum das potências hegemônicas era a demanda por zonas de influência espalhadas pelo Globo Terrestre, para se combater o inimigo em territórios aliados. No Brasil, o alinhamento com os EUA, logo, com o capitalismo, era explícito, sendo assim, qualquer aceno ao Socialismo soviético, deveria ser vastamente afrontado. Tal ideia irá culminar na implantação da Ditadura no Brasil, através da tomada de poder pelos militares, com o apoio das elites, ambos adversários do “espectro de comunismo” do então presidente João Goulart, eleito democraticamente pelo povo:

[...] os EUA deviam apoiar as rebeliões anticomunistas e retirar os respectivos países da esfera de influência da União Soviética. [...] Durante os anos 60 e 70, os Soviéticos tinham incitado sublevações comunistas contra governos que eram amistosos em relação aos Estados Unidos. Agora na década de 80, a América dava a provar aos Soviéticos um pouco do próprio remédio (KISSINGER, 2012, p. 676).

Em conformidade ao quadro geral, internamente, o apoio de certos políticos ao golpe estava enraizado na própria esperança em tomar para si o poderio, como o caso de Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, que se candidatariam as eleições presidenciais de 1965, após a expulsão do suposto e iminente perigo comunista (TAQUARI, 2012, p. 326).

MATA!

O século XX foi designado pelo historiador inglês Eric Hobsbawm (1995, p.15) de “era das catástrofes”. No Brasil, não foi diferente, considerando proporções diversas, visto que houve um curto período democrático e intensa e terrível repressão aos considerados “inimigos” dos poderes estabelecidos, seja na conjuntura da elite do café, na Era Vargas ou em 1964.

Instaurada em 1964, e consolidada posteriormente, a Ditadura Militar no Brasil foi palco de brutalidade, censura, execuções, ataques a bomba e sequestros. Cinco presidentes governaram através de Atos Institucionais, o Congresso foi fechado, centralizando o controle nas mãos dos militares. A fase conhecida como “anos do chumbo” foi o período de maior violência. O caráter liberal governista na economia

convergiu para uma abundantemente desigualdade entre as classes sociais, a inflação avançava em alta.

Todavia, sempre houve resistência ao poder instituído antidemocraticamente em 64, a formação de movimentos contestatórios era comum, entre eles, aqui será destacada a denominada Guerrilha do Araguaia, uma forte oposição ao domínio vigente, em âmbito rural, na região Norte do país, que completou 50 anos em 2022. No clássico livro de Leonencio Nossa, intitulado “Mata!” é definida como: “A guerrilha foi mais um momento da história de refluxo do país no tempo. É a ilustração máxima de um Estado que não aceita o diálogo e promove uma guerra interna” (ABAP, 2012).

Contextualizando a região onde se concebeu a guerrilha, no cenário da Guerra Fria, o Brasil, maior país da América do Sul, era estratégico no conflito entre URSS e EUA, sobretudo na questão de controle territorial e alianças entre nações. A região do Pará já era de interesse norte-americano, devido a intensidade de recursos naturais e minerais, confirmados por pesquisas e prospecção da época. Já existia um histórico de migrações internas, atraídas por uma possibilidade de melhor qualidade de vida. Nossa (2012, p. 165-166), afirma:

O Araguaia não era apenas o início de uma marcha revolucionária. A região era um campo de potencialidades econômicas e uma área estratégica nacional, mais que um terreno para o começo de uma caminhada rumo a um novo modelo político para o país e o mundo.

No estado paraense, ocorreu um modelo de “cercamento das terras” através de grilagem, invasões das terras indígenas, camponeses foram expulsos e assassinados. Nas palavras de Eduardo Galeano (1979, p.181), intelectual uruguaio, “o latifúndio multiplica as bocas, mas não multiplica os pães”, a concentração das terras na mão de uma elite era vasta.

Por inspiração das concepções de Mao Tsé Tung, membros do PCdoB, suscitaram uma guerrilha rural camponesa, num esforço de obter o poder local contra a Ditadura, na região do Araguaia. A população se viu entre um fogo cruzado de forças e amplamente infeliz com o domínio e invasão de suas respectivas posses:

Numa madrugada de outubro, a patrulha de Curió saiu da Casa Azul em direção a Bom Jesus. Ali viviam apoios da guerrilha com prioridade “1” de prisão - José Salim, Leonel, Severino, João Mearim e Luiz. Também moravam no povoado Luizinho, Leonda e Salomão - prioridade “3”. A patrulha cercou a

corrutela, entrou nas casas. Mulheres e crianças desesperaram. Cerca de quarenta homens “com idade para lutar” foram levados amarrados e em fila indiana para Bacaba. Entre eles estava o agricultor Pedro Mariveti, amigo de Edinho, Valdir e Piauí. Depois de retirar os moradores, o Exército arrasou o povoado. A mata ficou vazia, semelhante à selva descrita por militares e comunistas. Era o tempo da guerra, diziam os posseiros, os barqueiros e lavadoras do Baixo Araguaia. Agricultores presos lotavam as bases militares da Bacaba, de Xambioá e Marabá, espécies de campos de concentração. Enquanto os homens não voltavam, as mulheres iam para a Transamazônica. Crianças eram oferecidas a caminhoneiros (NOSSA, 2012, p. 165-166).

Nossa (2012, p. 231) alega que o motivo de uma guerrilha, considerada subversiva e comunista no lugar, foi motor para explicar de forma pretenciosa a ação de milícias privadas e forças públicas contra os posseiros: predominou a figura do major Curió:

Curió começou a produzir relatórios para amedrontar Brasília. Qualquer manifestação de posseiros era interpretada como ameaça do retorno da guerrilha [...]. Fazendeiros usaram o termo ‘guerrilha’ para garantir segurança pública nas terras invadidas. Sempre que os sem-terra se insurgiam e quebravam cercas ilegais, os fazendeiros iam a Brasília para denunciar a volta da guerrilha (NOSSA, 2012, p. 231).

Com o estabelecimento do regime militar em 1964, de caráter neoliberal, sucedeu-se um verdadeiro “entreguismo” de terras e recursos às elites e empresas nacionais e internacionais, bem como a privatização, prejudicando amplamente a massa popular local, que acabou se tornando mão de obra barata aos empreendimentos elitistas. A militância esquerdista cresceu no interior do país, fazendo com que o Estado de exceção passe a incentivar a inserção acelerada dos padrões capitalistas na região, com o argumento de “Integrar para não entregar”, exemplificado pela construção da Rodovia Transamazônica, que causou a destruição do meio ambiente e gerou consequências para as populações nativas: indígenas, pequenos posseiros, coletores, caçadores, ribeirinhos.

A obra ainda expõe o papel valioso das mulheres, tendo como marca, Sebastiana Claudino, que numa artimanha logrou a ação de Curió na expulsão dos moradores da cidade, que ela rebatizou para atrair a vaidade do militar, surgindo assim Curionópolis: uma vitória exemplar contra a Ditadura.

Subsequentemente Sebastião Rodrigues, o Major Curió continuou na esfera política, na qual sua gestão foi perceptível os traços arbitrários ainda existentes em sua personalidade:

Em 2000 e 2004, Curió venceu as eleições para prefeito da cidade batizada em sua homenagem. Curionópolis virou o último quinhão comandado por um homem da ditadura militar. Ele dirigiu a prefeitura com mão de ferro, como se tentasse prolongar num pequeno território um regime que não existia mais no Brasil, um regime que era mais um capítulo de uma guerra travada, desde a independência, em 1822, pelo controle das armas no país (NOSSA, 2012, p. 12).

Outro caso apontado por Nossa refere-se a chegada de esposas de garimpeiros, que se aproximaram das prostitutas, de maneira respeitosa e até mesmo, numa postura solidária:

Ao contrário do que se imaginava, essas mulheres ergueram barracos afastados da zona das raparigas, na altura do quilômetro 30 – os cabarés estavam na parte alta, no 31 – e passaram a ter uma relação pacífica com as damas. As casadas ajudavam as mulheres dos “forros” a dar à luz os primeiros curionopolenses (NOSSA, 2012, p. 11)

Finalizando:

A política fundiária implementada na ditadura caracterizou-se pela não realização da reforma agrária tornando praticamente letra morta qualquer possível aspecto progressista do Estatuto da Terra. De acordo com Carvalho Filho (1997), nos primeiros quinze anos de vigência do Estatuto foram beneficiadas apenas 9.327 famílias em projetos de reforma agrária. A concentração fundiária e a desigualdade no campo, todavia, cresceram vertiginosamente. De acordo com Martins (1980), em 1975, 52% dos estabelecimentos rurais possuíam menos de dez hectares e abrangiam apenas 2,8% da área total. O exemplo emblemático da colossal extensão dos latifúndios é figurado pelo Projeto Jari, comandado pelo bilionário empresário americano Daniel Keith Ludwig que chegou a possuir mais de 4,6 milhões de hectares na divisa entre o Pará e o Amapá (PRIETO, 2017, p. 9).

O autor menciona o Massacre de Eldorado dos Carajás, de 1996, em que posseiros e ex-garimpeiros, lutaram objetivando a desapropriação de uma área improdutiva, bloqueando a rodovia PA-150. Em luta armada, morreram 19 posseiros e dezenas de feridos (NOSSA, 2012).

Constata-se que há uma luta permanente pelo direito à posse de propriedade na região, acentuada durante o período militar, a luta de classes era escancarada. A repressão era o método que permitia a consolidação da hegemonia elitista.

MEMÓRIAS DE UMA GUERRA SUJA

Como mencionado anteriormente, o Estado de 1964 usufruía da violência, da força bruta, de assassinatos e torturas para solidificar seus interesses capitalistas. A partir disso, a obra “Memórias de Uma Guerra Suja” trata-se de uma rica narração, escrita a partir do depoimento, (e logo, testemunhante) do ex-delegado Cláudio Guerra, (responsável pela odiosa repressão na Ditadura Militar no Brasil) cedido aos jornalistas Marcelo Netto e Rogério Medeiros.

Deve ser evidenciado que Guerra é reconhecido como um dos maiores assassinos do período militar: ex-delegado do DOPS Espírito Santo, ressaltadamente após seus 30 anos de idade, ficou a cargo de execuções, atentados e desaparecimentos de militantes da esquerda, erroneamente associados ao Comunismo. Com o fim do regime, atuou como pastor evangélico. “Você sabe que esses comunistas têm que morrer, e sei que você é um patriota. Precisamos de você”: essas seriam as palavras faladas pelo Coronel Perdigão ao convocar Guerra para a Operação Radar, que executou membros do PCB, incluindo Vladimir Herzog.

Guerra, Netto e Medeiros afirmam (2012, p. 13):

Ninguém suplantou, em qualquer tempo, o delegado Cláudio Guerra, da Polícia Civil do Espírito Santo, na arte de matar ... Arditoso e implacável matador, Guerra possuía atributos que levaram o regime militar a recrutá-lo para a cabeceira de seus executores, tornando-o autor de grande parte dos assassinatos dos adversários da ditadura militar.

É relevante ponderar que Guerra narra a sua trajetória quando já se encontrava em condições de alta vulnerabilidade: presidiário condenado, em idade avançada e muito doente em um leito de hospital.

Sobre a repressão, descrita na obra, dois aspectos são destacados: a ocultação e desaparecimento de corpos, cita-se:

Ouvi falar de um cabo que trabalhava lá, o doutor Magno. Ele não só matava e cerrava os mortos como punha um ácido para acabar com os corpos. Depois os enterrava, sem chances para a perícia conseguir identificá-los. Era o que se falava no serviço. Sabíamos por razão do ofício. Era um meio de destruir o corpo rapidamente (GUERRA, NETTO, MEDEIROS, 2012, p.61).

Os autores abordam ainda sobre o DOI (Destacamento de Operações de Informações) e sua respectiva função:

(1) O DOI é um órgão operacional do Codi, destinado ao combate direto às organizações subversivo-terroristas. Tem por missão desmontar toda a estrutura de pessoal e de material dessas organizações, bem como impedir a sua reorganização. (2) Razões de sua criação: (a) Sendo o Codi um órgão de planejamento e de coordenação, sentiu-se logo a necessidade de dotá-lo de um órgão operacional, pois, caso contrário, pouco ou nada se conseguiria no combate à subversão e ao terrorismo; (b) Necessidade de coordenação das ações de defesa interna, visando economizar meios e evitar superposições de esforços pelos diferentes órgãos de Segurança e de Informações que operavam em todas as áreas, cada qual com seus métodos e objetivos específicos; (c) Necessidade e rapidez no acionamento dos meios para o combate aos grupos subversivos, aconselhando a reunião e a centralização do comando; (d) Necessidade de treinamento e seleção do pessoal qualificado, reunidos em equipes especializadas, para enfrentar, em condições favoráveis, a clandestinidade e a eficiência dos grupos subversivos (GUERRA, NETTO, MEDEIROS, 2012, p. 281).

Menciona ainda a ação de apoio do empresariado brasileiro, questão cerne da argumentação: o restaurante “Angu do Gomes”, relacionado a uma sauna como fachada para movimentação de somas milionárias e um espaço para depósito de armas:

Os recursos que viabilizavam o pagamento da equipe de operações clandestinas vinham dos empresários que, em troca, eram beneficiados pelo regime militar. Dinheiro nunca faltava. Religiosamente, todo dia primeiro, o pagamento estava na conta (GUERRA, NETTO, MEDEIROS, 2012, p.143).

Instituições financeiras tiveram função importante, entre elas o Banco Mercantil de SP e Sudameris (de origem europeia). Ocorriam transações oficiais e extraoficiais:

Pela conta de Stanislaw Meireles passava muito dinheiro. Eu poderia comprar um carro todo mês. Havia um fixo garantido, o correspondente a 5 mil reais hoje, mas entrava 100 mil, 200 mil, tudo dependia do que estava sendo planejado para minhas missões (GUERRA, NETTO, MEDEIROS, 2012, p.142).

O jornalista Carlos Taquari (2012 p.342), aborda o caso do delegado Fleury, acusado de matar um traficante, que teve sua prisão decretada em 1973. Fato que culminou numa mudança de legislação por parte do governo, para viabilizar a proteção de Sérgio Fleury: foi garantido a liberdade a qualquer criminoso com réu primário, com “bons antecedentes”. Com isso destaca-se a ética seletiva e corruptiva do período.

Por fim, acrescenta-se informações sobre a incineração de corpos:

Com as transações de armas contrabandeadas pelo Trotte, passei a exercer influência sobre os fazendeiros que precisavam dessas armas para proteger suas terras das possíveis desapropriações advindas da reforma agrária ou de conflitos no campo ... uma dessas amizades, a mais importante para a história que vou contar, foi com uma família de extrema-direita, donos da usina Cambahyba, localizada em Campos dos Goytacazes... O forno da usina era enorme, ideal para transformar em cinzas qualquer vestígio humano ... A Usina Cambahyba foi muito usada para este fim nas décadas de 1970 e 1980... E foi assim que fui responsável por levar dez corpos de presos políticos para lá, todos mortos pela tortura no DOI e na Casa da Morte7, em Petrópolis, além dos cadáveres provenientes do DOI8 da Barão de Mesquita e os que vinham de São Paulo (GUERRA, NETTO, MEDEIROS, 2012, p. 51-53).

É entendido que a repressão foi o meio encontrado para firmar a ação em benefício de uma elite, (o empresariado) institucionalizando um órgão próprio, o DOI-CODI e o DOPS para eliminar os inimigos, (vistos como comunistas) da luta entre as classes sociais, em que Claudio Guerra era o nome de destaque.

Concomitantemente ao lançamento do livro, houve a abertura dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, (com função de investigar as violações aos direitos humanos, praticadas pelos militares de 1964 a 1985) durante o governo Dilma Rousseff, (que sofreu tortura por parte do Coronel Carlos Brilhante Ustra, que morreu em 2015) sendo a primeira mulher que alcançou o mais alto cargo público, a presidência do Brasil, via Partido dos Trabalhadores (PT):

[...] A Comissão Nacional da Verdade, criada pela presidente Dilma Rousseff, poderá compor uma vasta pauta de trabalho a partir deste livro: para tanto, bastará ler seus relatos e organizar as investigações. Mas é fato que, se não indicarem para a tarefa pessoas maduras, isentas e equilibradas, inteligentes e objetivas e com capacidade de investigação, não se chegará a muito mais do que está aqui. Se a escolha recair sobre cidadãos mais interessados em aparecer nos jornais usando a Comissão Nacional da Verdade como trampolim, tudo acabará em espuma midiática [...] (GUERRA; NETTO; MEDEIROS, 2012, orelha do livro).

Em contraste a esse avanço da CNV, uma tensão política foi verificada no Brasil tempos depois, a extrema direita, numa tentativa de galgar o poder, efetivou um “golpe democrático”, através do Impeachment sem justificativa comprovada, votado pelo Congresso, composto por uma direita evangélica, ruralista e da “bala”. O intelectual e sociólogo brasileiro Jessé Souza discorreu sobre o golpe de 2016 sofrido por Dilma Rousseff, (sucessora da gestão Lula) afirmando que foi naturalizada a desigualdade no país, logo:

Quando as classes médias indignadas saíram às ruas a partir de junho de 2013, não foi, certamente, pela corrupção do PT, já que os revoltados ficaram em casa quando a corrupção dos outros partidos veio à tona. Por que a corrupção do PT provocou tanto ódio e a corrupção de outros partidos é encarada com tanta naturalidade? É que o ódio ao PT, na realidade, foi o ódio devotado ao único partido que diminuiu as distâncias sociais entre as classes no Brasil moderno. A corrupção foi mero pretexto (SOUZA, 2017, p. 67).

CHICO E CAETANO: A RESISTÊNCIA NO CAMPO DA MÚSICA

O resistir, apresentado a partir da Guerrilha do Araguaia, o caso de Sebastiana Claudino, entre outros exemplos, estão vinculados às massas. No entanto, a cultura, (apresentada como algo mais intelectualizado) também foi um ato de resistência e discordância às atrocidades de 1964, focando-se aqui na música. A noção cultural, (essencial para compreender as subjetividades acerca da compreensão do ser e estar no mundo) foi definida pelo geógrafo Milton Santos (2000):

Ela é uma manifestação coletiva que reúne heranças do passado, modos de ser do presente e aspirações, isto é, o delineamento do futuro desejado. Por isso mesmo, tem de ser genuína, isto é, resultar das relações profundas dos homens com o seu meio, sendo por isso o grande cimento que defende as sociedades locais, regionais e nacionais contra as ameaças de deformação ou dissolução de que podem ser vítimas.

No apogeu da repressão durante a Ditadura Militar no Brasil, no âmbito musical, surgiu e assentou-se a MPB - Música Popular Brasileira, em uma ação coesa de resistência, “burlando” a censura imposta e em constante confronto, com uma mensagem de politização. Chico Buarque, destacadamente, o mais notável da época, com o sucesso consagrado “Cálice”, composta em parceria com Gilberto Gil, de acordo com Homem (2009 p.120) “mostrou a Chico a primeira estrofe e o refrão de Cálice ‘Pai, afasta de mim esse cálice”, numa referência a Sexta Feira Santa, o refrão ‘cálice x cale-se’, o próprio cantor comenta:

Às vezes, eu mesmo não sei o que eu quis dizer com algumas metáforas de música como ‘Cálice’, por exemplo, naquela época havia uma força de barra muito grande, tanto a favor quanto contra. Ambos os lados liam politicamente o que não era (BUARQUE apud HOMEM, 2009, p. 121).

Sobre a canção “Acorda, amor”: “A letra descreve uma prisão muito parecida com a de Chico, quando, em dezembro de 1968, foi surpreendido dentro de casa por

agentes da ditadura, que o levaram para depor” (HOMEM, 2009, p. 125). Nota-se a dupla interpretação das letras, encadeadas ao cotidiano e a política, amor ou sentimento diverso, mas o protesto era contínuo, nas palavras do próprio cantor:

Durante a ditadura, de um lado ou de outro, as pessoas gostavam de atribuir aos artistas intenções que nunca lhes passaram pela cabeça. Achavam que a maioria dos artistas só fazia música pensando em derrubar o governo (BUARQUE apud HOMEM, 2009, p. 128).

Outro símbolo da MPB é Caetano Veloso, segundo Drummond e Nolasco (2017), um apaixonado por artes desde a adolescência, ainda desconhecendo o ramo em si que futuramente iria escolher, a música. Estudou Filosofia na UFBA, admirador do pensamento hegeliano, sartreano e de Nietzsche.

Alguns escreviam sobre política, outros sobre meninos de rua, e até sobre esportes. Caetano escrevia sobre samba. Para não dizer que o assunto fugia da área, tratou de falar também sobre alma. Pronto. Em letras garrafais, 'A Alma e o Samba' (DRUMMOND, NOLASCO, 2017, p.90)

Ademais, era notório interesse de Caetano pela Filosofia e pela cultura:

O tipo de aglutinação que Caetano se interessava, quem praticava era o professor de sociologia Hélio Rocha. Figura incomum, havia sido integralista e andava de namoro com a esquerda, por mais que ambas as facções tivessem suas diferenças. Hélio reunia em torno de si uma série de jovens, ministrando um curso de Introdução à Filosofia em sua própria casa. Ele não se limitava à retórica de suas aulas. Também editava a revista Afirmação, na qual punha toda aquela juventude para escrever. Caetano adorava cinema e gostava também de escrever. Hélio e todas 10 aquelas publicações estavam ali dando sopa. Não faltava mais nada. Aproveitou a chance e passou a assinar artigos na revista (DRUMMOND, NOLASCO: 2017, p. 97).

Considerado insubmisso, ousou contra a moral dominante, pregando autonomia e liberdade de expressão. Na canção “Alegria, alegria”, composta para o ano de 1967, existe um sentido afirmativo de percorrer um trajeto de um sujeito “Eu vou”, apesar de contrariedades “Sem lenço e sem documento”; “Sem livros e sem fuzil / Sem fome, sem telefone”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após leitura e pesquisa intensa, conclui-se que a repressão institucionalizada e financiada pelo empresariado brasileiro, como demonstrado por Cláudio Guerra, a questão da propriedade e uso de terra e a atuação violenta e assassina chefiada pelo

Major Curió, evidenciada por Leonencio Nossa, estão intimamente ligadas a somente uma finalidade: atender aos interesses elitistas da extrema direita que furtou o poder estatal a partir de 1964 no Brasil. A Guerrilha do Araguaia portava motivação associada à posse e interesses liberais, conjugadas num conflito, era latente a violência e tortura em total detrimento das necessidades básicas do povo. Comprova-se assim a efetiva atividade da nata social rica na política, para atender seus próprios ímpetos para a lucratividade: a eterna luta de classes entre proletariado e elite, apontada na Sociologia de Karl Marx. Apesar do panorama, a resistência ocorreu, seja no campo popular ou cultural, mediante a MPB. A política não é estática, fenômenos se repetem, o esclarecimento deve ser prolongado e contínuo, com isso, a linha de pesquisa proposta neste artigo deve prosseguir avançando, para que se conscientize politicamente o povo, a forma de intervenção mais eficaz para evitar novamente a ocorrência de tragédias antidemocráticas como a de 1964. O ensino de Geografia e História deve ser cada vez mais crítico e incisivo, sendo a educação e o conhecimento a “arma” mais potente na formação de cidadãos contra o obscurantismo ditatorial que assombra as nações.

REFERÊNCIAS

ABAP - Associação Brasileira de Anistiados Políticos. Guerrilha do Araguaia: uma guerra interna. 2012. Disponível em: <<https://anistiapolitica.org.br/abap3/2012/08/20/guerrilha-do-araguaia-uma-guerra-interna-2/>> Acesso em 06 de setembro de 2024.

CHAUÍ, Marilena. 2000. Brasil: Mito fundador. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. 19: 23-36.

DRUMMOND, Carlos Eduardo; NOLASCO, Marcio. Caetano: Uma biografia — A vida de Caetano Veloso, o mais doce bárbaro dos trópicos. São Paulo: Editora Seoman, 2017.

GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina. 6ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

GUERRA, Claudio; NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. Memórias de uma guerra suja. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOMEM, Wagner. Chico Buarque: histórias de canções. São Paulo: Leya, 2009.

KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012.

NOSSA, Leonencio. Mata! O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. A Aliança entre Terra e Capital na Ditadura Brasileira. Mercator - Revista de Geografia da UFC. 2017; 16(1):1-14. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273648919006>>. Acesso em 11 de Setembro de 2024.

SANTOS, Milton. Da cultura à indústria cultural. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19/03/2000. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_3_10.htm>. Acesso em 09 de setembro de 2024.

SANTOS, Milton. Metamorfose do Espaço Habitado. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. São Paulo, LeYa. 2017.

TAQUARI, Carlos. Tiranos e Tiranetes: A ascensão e queda dos ditadores latino-americanos e sua vocação para o ridículo e o absurdo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª ed. 2012.